GOVERNO DE
INHUMAS
RESPONSABILIDADE E CIDADANIA
ADMINISTRAÇÃO 2017 - 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2018 - 2021

INHUMAS – GOIÁS
JUNHO/2018

ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE INHUMAS GOIÁS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

ABELARDO VAZ FILHO

Prefeito Municipal

CLEUSEMIRIA ALMEIDA VILA VERDE VAZ

Primeira Dama

FÁBIO CARLOS TEIXEIRA
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

JOSE FERREIRA CORTE
Presidente do CMAS

ANDREIA DE PAULA SILVA
Assistente Social
CRESS/GO – 19ª Região n.3449

GOVERNO DE INHUMAS
RESPONSABILIDADE E CIDADANIA
ADMINISTRAÇÃO 2017 - 2020

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 5

1.1 . APRESENTAÇÃO DO PLANO 6

1.2. APROVAÇÃO DO PLANO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 8

1.3 - ANO VIGENTE 8

2. ORGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 8

2.1. IDENTIFICAÇÃO 8

3. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INHUMAS 9

3.1. IDENTIFICAÇÃO 9

3.2 . REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 9

3.4. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 10

4. DIAGNÓSTICO SOCIAL 12

4.1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS 17

4.1.1. DEMOGRAFIA 17

4.2. ASPECTOS ECONÔMICOS 18

4.2.1. PRODUÇÃO ECONÔMICA 18

4.2.2. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 18

4.2.3. AGRICULTURA FAMILIAR 19

4.2.4. MERCADO DE TRABALHO 19

4.3. ASPECTOS SOCIAIS 20

4.3.1. POBREZA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA 20

4.3.2. ASSISTÊNCIA SOCIAL 21

4.3.3. EDUCAÇÃO 21

4.3.4. SAÚDE 21

4.4. ASPECTOS DA GESTÃO MUNICIPAL 22

4.4.1. FINANÇAS PÚBLICAS 22

5. DIRETRIZES 23

6. OBJETIVO GERAL 24

6.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS (EIXO) 24

6.1.2 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 24

6.1.3 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL 24

7. AÇÕES 25

7.1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SERVIÇO, PROGRAMAS. PROJETO E BENEFÍCIOS 25

7.1.2 - PROGRAMA DE ATENÇÃO ÀS FAMÍLIAS – PAIF 25

7.1.3 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS 35

7.1.4 - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) 37

7.1.5- CADASTRO ÚNICO 39

7.1.6 - PROGRAMA DE INCLUSÃO, PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA E TRANFERÊNCIA DE RENDA 40

7.2. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL 43

7.2.1 – PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE 44

7.2.2 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE 49

8. APRIMORAMENTO DA GESTÃO E META MUNICIPAL DO SUAS 49

9. APOIO ÀS INSTANCIAS DO SISTEMA DESCENTRALIZADO E PARTICIPATIVO 51

10. AÇÕES PRIORITÁRIAS E SUA OPERACIONALIZAÇÃO 53

11. QUADRO GERAL DE FINANCIAMENTO 58

12. ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO 58

13. SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 58

ANEXOS 61

1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico e tem como propósito orientar as ações sociais que serão desenvolvidas no período de 2018 a 2021 no município de Inhumas – Goiás. Está calçado nos princípios que norteiam a Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS (1993), Norma Operacional Básica/ Sistema Único da Assistência Social/NOB/SUAS e Política Nacional de Assistência Social/PNAS e visa obter respostas positivas ao seu público alvo, dentro dos moldes democráticos e humanos da administração pública.

A primeira parte apresenta um perfil histórico, geográfico e econômico do município, diagnóstico que possibilita um melhor conhecimento da realidade social, ocasionando as decisões técnicas-políticas e administrativas que vão direcionar as ações no decorrer do período.

Na segunda parte, apresentamos objetivos do Plano de trabalho e as ações a serem implantadas a curto, médio e longo prazo, de acordo com as prioridades levantadas e selecionadas. Tais prioridades, foram levantadas através da participação dos seguintes agentes: representantes da sociedade civil, Entidades Governamentais e Não-Governamentais, por meio das Conferências Municipais de Assistência Social, realizada neste município, reuniões junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal da Assistência Social.

Tais objetivos apresentam reformulação e reconstrução das ações que ora vêm sendo desenvolvidas, além de propor novas concepções de aplicabilidade, as quais elevaram a assistência social do município, a um patamar qualificado de política pública descentralizada e participativa. Para tanto, subsídios tanto legais quanto teóricos, foram levantados a fim de construir um referencial empreendedor, otimizador, rumo ao desenvolvimento societário.

Na seqüência, especificamos metas, custos e o sistema de financiamento, o qual segue em planilha orçamentária, em anexo. Isto permite, de forma sistemática, a implementação das ações num espaço de tempo determinado, considerando que é possível ser executado a cada ano, considerando o orçamento previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária do Município.

Portanto, apresentamos as diretrizes e princípios que traduzem de forma clara o anseio da comunidade Inhumense para exercício da ação social, no período de 2018 a 2021, visando assim, investir nas situações sócio-problema, em prol de criar alternativas cabíveis ao enfrentamento das mesmas, rumo ao bem estar social.

1.2 . APRESENTAÇÃO DO PLANO

A sociedade Brasileira após 1988, com a promulgação da Constituição Federal, vem vivenciando mudanças significativas tanto na sua organização político-administrativa quanto na garantia dos direitos sociais da população.

Ao que tange especificamente a área social, temos como marco significativo, a implantação e consolidação do Sistema Único da Assistência Social. O qual, apresenta ideologias de Sistema Público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. O SUAS – Sistema Único de Assistência Social possui como embasamento legal a Norma Operacional Básica (NOB), editada em julho de 2005 e a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social e PNAS - Política Nacional de Assistência Social.

Logo, a Assistência Social, segundo seus principais marcos legais – Constituição Federal, de 1988, e a lei nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), NOB/SUAS, é uma Política Pública de Seguridade

Social voltada para pessoas e grupos em estado permanente ou temporário de situação de privação econômica ou de outros fatores de vulnerabilidade Social.

Porém, passa a ser direito do cidadão e dever do Estado, o atendimento das necessidades básicas através de um conjunto integrado de ações do poder público e sociedade, visando à promoção dos mínimos sociais em prol do enfrentamento das vulnerabilidades.

A LOAS preconiza ainda, que a gestão da política pública e a organização das ações devem ser articuladas em um sistema descentralizado e participativo, organizado nos três níveis de gestão governamental. Assim, à Assistência Social é competência das três esferas de governo e por sua vez, a sua implantação torna-se tarefa explicitamente compartilhada entre os entes federados autônomos.

Desta forma, vale ressaltar o art. 2º da LOAS, o qual expõe seus objetivos e explicita os reais demandatários desta política, a saber:

I – A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – O amparo às crianças e adolescentes carentes:

III - A promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - A habilitação e realidade das pessoas portadoras de deficiências e promoção de sua integração à vida comunitária.

V – A garantia de 01 (um) salário mínimo de beneficio mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuía meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. A Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sócias e à universalização dos direitos sociais.

Todavia, a Secretaria Municipal de Promoção Social em consonância com o Poder Executivo, propõe a efetivação das ações que dão visibilidade ao grau de acompanhamento e sensibilidade das necessidades sociais.

O Plano, ora apresentado, evidência o anseio por uma intervenção mais efetiva, com resultados concretos, garantindo a ampliação e consolidação do SUAS como política social a ser desencadeada e implantada no município. Investindo de forma mais contínua na qualidade do atendimento e na articulação com as demais políticas públicas setoriais.

Portanto, no conteúdo do presente Plano, percebe-se uma visão dialética embasada em normatividades reais, comprometida com a história da evolução brasileira e especificamente de Inhumas, em consonância com o descrito pela Política Nacional da Assistência Social.

1.3. APROVAÇÃO DO PLANO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resolução de aprovação em anexo a este Plano.

1.3 - ANO VIGENTE

Ano vigente do Plano Municipal de Assistência Social: 2018 a 2021.

2. ORGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Promoção Social

Endereço: Avenida Wilson Quirino de Andrade Qd. 01, Lt:01

Bairro: Anhanguera CEP:75400-000 Inhumas - Goiás

Tel. contato: (62) 3514 – 4028

Correio eletrônico: promocaosocial.inhumas@gmail.com

Gestor: Fábio Carlos Teixeira

3. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INHUMAS

3.1. IDENTIFICAÇÃO

Endereço do CMAS: Avenida Wilson Quirino de Andrede Qd. 01 Lt. 01

Bairro: Anhanguera CEP:75400-000 Inhumas - Goiás

Telefone: (62) 3514-4028 Correio eletrônico: executiva.inhumas@gmail.com

Presidente: José Ferreira Corte

3.2 . REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

GOVERNAMENTAIS

SEC. DE PROMOÇÃO SOCIAL	Titular: Andreia de Paula Silva Suplente: Silvânea A. do Nascimento
SEC. DE SAÚDE	Titular: Gilmar de Freitas Suplente: Joyce Tavares
SEC. ADMINISTRAÇÃO	Titular: Marcus Vinicius Oliveira Silva Suplente: Rodrigo Inácio da Silva
SEC. DE FINANÇAS	Titular: Cleide Helena Vila Verde Suplente: José Libério Rodrigues
OUTRAS ESFERAS DE GOVERNO (ESTADO OU UNIÃO)	Titular: Juliano Batista da Silva (Saneago) Suplente: Diogo Luiz Montes Freitas (Vapt Vupt)
SEC. DE TRABALHO/PLANEJAMENTO	Titular: Rogener Nazareth Barbosa Suplente: José Luiz Xavier da Silva

SOCIEDADE CIVIL

FAMI	Titular: José Ferreira Côrte Suplente: Adrielly Pires Gomes
LAR DE SANTANA	Titular: Davi Afonso Filho Suplente: HelenoArruda Almeida
CASA DO CAMINHO	Titular: Cecília de Souza Godoy Suplente: Kênia Cristina de Moura
ASSOCIAÇÃO MONTE DAS OLIVEIRAS	Titular: Antônio Petrônio da Rocha Suplente: Jane Gomes de Morais Rocha
ASSOC. ETERNA JUVENTUDE	Titular: Rosa Maria Matos Suplente: Maria Francisca Moura
USUÁRIO DA ASSISTENCIA SOCIAL	Titular: Realino Rodrigues de Almeida (Idoso CCI) Suplente: Antuzinha Linhares Bonfim

3.4. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Conselho Municipal de Assistência Social é uma grande conquista da sociedade civil, combinada com outras modalidades de organização. Dentre seus deveres destaca-se a defesa do caráter público da política de assistência social, a ser prestada tanto por órgãos governamentais quanto pelas entidades de assistência social.

Os conselhos municipais tem suas competências definidas na LOAS e complementadas por legislação especifica, e deverão no cumprimento desta norma:

a) Elaborar e publicar seu Regimento Interno;

b) Aprovar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Estadual de Assistência Social na perspectiva do SUAS, e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social;

c) Acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social;

d) Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social e suas adequações;

e) Zelar pela efetivação do SUAS;

f) Regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, no seu âmbito, considerando as normas gerais do CNAS, as diretrizes da Política Estadual de Assistência Social, as proposições da Conferência Municipal de Assistência Social e os padrões de qualidade para prestação de serviços;

g) Aprovar a proposta orçamentária dos recurso destinados as ações da Assistência Social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social;

h) Aprovar o plano de aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual do recursos;

i) Propor ao Conselho Nacional de Assistência Social o cancelamento de registro das entidades e organizações de Assistência Social que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos no art. 4º da LOAS e em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos;

j) Acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadoras dos serviços de Assistência Social;

k) Aprovar o Relatório Anual de Gestão;

l) Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de âmbito municipal.

4. DIAGNÓSTICO SOCIAL

História de Inhumas

Situado as margens da Estrada Real, estrada que levava a cidade de Goiás, então capital da província, Inhumas surgia com o nome Goiabeira. Por ser ponto de descanso para tropeiros, o vilarejo surgiu a partir da referência de um extenso goiabal, o que mais tarde se tornou uma fazenda de gado. Devolutas, as terras no interior goiano, eram apropriadas sem nenhum rigor da lei. Assim, foram sendo utilizadas em Inhumas duas forças de trabalho: a do agregado e a do posseiro. No entanto poucos posseiros requeriam em Goiás as concessões de terras ou sesmarias. Em Goiabeira (Inhumas), esse aspecto seria conseqüência das condições impostas aos requerentes, os quais, ao receberem a concessão, deveriam cultivar a área recebida em dois anos.

Visita de JK a Inhumas

Poucos tinham condições para cumprir essas exigências, preferindo ficar sem a escritura de suas posses, o que posteriormente geraria conflitos, principalmente quanto à demarcação das propriedades.Pela falta de registros da Fazenda Cedro talvez ocorrido por conflitos pela posse da terra ou pela inviabilidade de seu dono de torná-la produtiva em dois anos sob pena de perdê-la, os documentos oficiais de registros apontam a fazenda Goiabeira de Félix Rodrigues, como a origem de Inhumas.

As terras foram adquiridas por Félix Rodrigues ao comprar uma parte da fazenda Cedro e a registrou com a denominação de “Goiabeira” em 20 de Setembro de 1858. O custo das terras foi de 40$000 (quarenta mil réis), cuja extensão compreendia uma légua em comprimento e largura, localizada à beira da Estrada Nova (caminho para a Província de Goiás), entre terras ocupadas por João Ramos, ao nascente, José; da Barra, ao poente, pelo córrego Cemitério, ao sul e ao norte, com terras devolutas.

Quanto a criação do Distrito de Goiabeiras este se deu em 27 de março de 1896, sob a lei nº 04, quando o então intendente (prefeito) de Curralinho (hoje Itaberaí), Cel. Antônio Primo de Faria nomeou o sub intendente do povoado de Goiabeira (vice-prefeito) Sr. Virgíneo Pereira Cunha. O presidente do Conselho Municipal João Elias Caldas, promulgou a lei nº 40, de 02/12/1908, alterando o nome de Goiabeira para Inhumas. A escolha deu-se pela existência desta ave na região.

Ave Inhuma

Com a morte de Vicente Bueno Fernandes, político local, seus adversários políticos conseguiram a suspensão do Distrito de Inhumas do Município de Itaberaí pela lei municipal nº 50, de 11/12/1909. E o Distrito voltou à simples povoado. Situação que só seria retomada em 23/11/1912 quando o Conselheiro Francisco de Paula Mendonça apresentou projeto de Lei restaurando o Distrito de Inhumas aprovado e sancionado em 09/01/1913 pelo Intendente de Itaberaí, Cel. Antônio Gardêncio Garcia, e a condição definitiva de distrito.

Pelo decreto nº 31 de 27 de janeiro de 1930, Inhumas foi elevada, a Vila, graças aos esforços dos Srs. Sizelísio Simões de Lima, Elpídio Luiz Brandão, Sebastião Almeida Guerra, José de Freitas Borges e Cesário Silva, processo que iniciara desde 1926, contexto da Revolução de 1930. Em 1930, Pedro Ludovico Teixeira, interventor Federal no Estado de Goiás, assina o Decreto Estadual nº 602, de 19/01/1931 tornando Inhumas município, estando nomeado em 03/1931 como primeiro prefeito constitucional o então Cel. José Rodrigues Rabelo.

Com o trabalho de todos e em especial de imigrantes sírios-libaneses, espanhóis, italianos, japoneses e portugueses Inhumas destacou-se em 1930 como “Princesinha do cerrado”. Região de terra roxa reserva de mata cultivável, ótima para a cultura do café, muito valorizada nesse período,

despertou grande corrente imigratória, principalmente com a chegada da ferrovia até Anápolis e a proximidade à capital Goiânia.

A marcha para o Oeste promovida pela revolução de 1930 fortaleceu o interesse dos imigrantes pelas terras inhumenses. Os sírio-libaneses (família Asmar, Sahium, Raiza, Chalub, Mahmud, Gebrim, Charter, Sebba, Nacruht…) os responsáveis diretos pela abertura do comércio na rua principal Rua Goiás, construíram os primeiros sobrados, chamados bungalows, que por lei estava determinado que sua construção isentava de IPTU seus proprietários.

A colônia japonesa (Família Watanabe, Momonuke…) dedicou-se exclusivamente a horticultura, mudando acentuadamente os modos alimentares da comunidade. Em menor número, aparecem os italianos com participação especial, na formação sócio-econômica. Dedicados à agricultura, desbravaram matas, cultivaram o café; e ocupam terras na região mais nobre de Inhumas, o Serra Abaixo. Topografia que lembra regiões da Europa dada elevação dos morros. Apesar das dificuldades encontradas, os italianos, (Famílias Qualhato, Serravali, Balestra, Quintanilha, Jácomo…) inseriram-se no contexto municipal participando inclusive das decisões políticas, o que pode-se perceber ainda hoje.

A família Vila Verde (descendente dos espanhóis…) se fixou numa grande faixa de terras, conhecida como Serra Abaixo, cultivaram o café. Assim como os demais imigrantes, os portugueses dedicaram-se a cafeicultura (Família Pires). A cidade de Inhumas originou-¬se da antiga Fazenda Cedro que teve em julho de 1858 como seu primeiro posseiro João Antônio da Barra Ramos.

Este, após a compra, registrou-a em 20 de setembro de 1858, com a denominação de Goiabeiras, devido à abundância dessa árvore mirtácea na região. A fazenda Goiabeiras passou a ser distrito em 27 de março de 1896, pela Lei nº 04. Em dois de dezembro de 1908, foi promulgada a Lei nº 40 que

dava nova denominação ao distrito que passou a chamar-se INHUMAS. Este nome, aliás, mais sugestivo e apropriado, nasceu do espírito influente do saudoso jornalista Moisés Santana que assim quis perpetuar na lembrança de todos o fato curioso de só aqui até então serem encontradas as taciturnas e interessantes inhuma ou anhuma, aves de porte elegante, quase negras, cujo canto desperta profunda nostalgia.

Ao chegar-se às redondezas da cidade, ouve-se logo o canto gutural dessa ave de beira-brejos, como se fora para saudar o viajante que imediatamente procura buscá-la nas grimpas das árvores. Quando ainda era distrito de Município de Itaberaí, de 1896 a 1931, Inhumas foi governada por subintendentes nomeados pelo Poder Executivo daquela cidade. Depois de emancipada, Inhumas, foi dirigida por prefeitos municipais, no início nomeados pelo governo estadual e, depois, eleitos diretamente pelo povo.

Formação Administrativa

● Distrito criado com a denominação de Goiabeiras ex-povoado, pela lei municipal nº 80, de 09-01-1913, subordinado ao Município de Curralinho.

● No quadro de Apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-1920, distrito de Inhumas, figura no município de Curralinho.

● Pela Lei Estadual Nº 762, de 05-08-1924, de o Município de Curralinho passou a denominar-se Itaberaí.

● Elevado à categoria de município com a denominação de Inhumas, pelo Decreto Estadual nº 602, de 19-01-1931, desmembrado de Itaberaí. Sede no antigo distrito de Inhumas. Constituído do distrito sede. Instalado em 19-03-1931.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede.

● Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

● Pelo decreto-lei estadual nº 8305, de 31-12-1943, é criado o distrito de Caturaí ex-povoado de Santo Antônio de Pádua e anexado ao Município de Inhumas.

● Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Inhumas e Caturaí.

● Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1955.

● Pela lei estadual nº 2132, de 14-11-1958, desmembra do município de Inhumas o distrito de Caturaí. Elevado à categoria de Município.

● Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede.

● Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Alteração toponímica distrital

● Goiabeiras para Inhumas alterado, pela lei estadual nº 602, de 19-01-1931.

● Gentílico: inhumense

O município de Inhumas-GO está localizado a 40 km de Goiânia com acesso pela GO-070, o município de Inhumas faz limites com cinco municípios. Esses limites podem ser rios, serras, pontes, ou mesmo cercas.

Os limites do município de inhumas são: ao Norte Itauçu, ao Sul Caturaí e Goianira, a Leste Brazabrantes e Damolândia, a Oeste Araçu.

Inhumas é bem servida de rios, riachos e ribeirões. O Rio Meia-Ponte é o principal rio e é responsável pelo abastecimento de água da cidade. Ele nasce na Serra do Catingueiro Grande, no município de Itauçu. Também temos os ribeirões: Peixe, Capoeirão, Inhumas, Quilombo e Lajes. A própria natureza oferece recursos naturais do Município de Inhumas: Vegetação: temos muitas matas e muitos tipos de madeiras; Terra fértil: nossa terra é a nossa maior riqueza. Ela é fértil favorecendo a agricultura; Minerais: nossa produção mineral não tem destaque.

Os aspectos políticos do município de Inhumas são: o Prefeito da cidade de Inhumas Abelardo Vaz Filho, vice-prefeito Dr. João Antônio Ferreira, a Primeira-Dama Cleusemiria Almeida Vila Verde Vaz, o número de vereadores são 13 (treze).

4.1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

4.1.1. DEMOGRAFIA

A população do município ampliou entre os censos demográficos de 2000 e 2010, a taxa de 0,95% ao ano, passando de 43.876 para 48.246 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no estado, que ficou em 1,85% ao ano e inferior a cifra de 1,93% ao ano da região centro-oeste. A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana de 2000 representava 91,7% e em 2010 passou a representar 93,49% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada a ampliação da população idosa que

cresceu 3,9% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 8,8% da população, já em 2010 detinha 11,7% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de menos 1,5% ao ano. Crianças e jovens detinham 26,9% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 11.782 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 20,9% da população, totalizando 10.104 habitantes. A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,41% ao ano), passando de 28.248 habitantes em 2000 para 32.501 em 2010. Em 2010, este grupo representava 67,4% da população do município.

4.2. ASPECTOS ECONÔMICOS

4.2.1. PRODUÇÃO ECONÔMICA

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Brito (PIB) do município cresceu 56,8% passando de R$ 288,6 milhões para R$ 452,6 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no estado, que foi de 69,4%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,57% para 0,53% no período de 2005 a 2010.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 56,7% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja a participação no PIB era de 20,2% em 2010, contra 19,4% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 19,4% em 2005 para 23,8% em 2010.

4.2.2. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Quando analisarmos os aspectos econômicos do município, é importante levar consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referente a 2011.

4.2.3. AGRICULTURA FAMILIAR

O município possui 311 agricultores familiares em 2016, correspondia a 46% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 12% da área, ocupavam a 33% da mão-de-obra do setor e participavam com 13% do valor da produção agropecuária municipal.

4.2.4. MERCADO DE TRABALHO

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010 possuía 25.959 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 24.822 estavam ocupadas e 1.146 desocupas. A taxa de participação ficou em 61,7% e a taxa de desocupação municipal foi 4,4%.

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 37,7% tinham carteira assinada, 23,0% não tinha carteira assinada, 28,2% atuam por conta própria 2,2% de empregadores.

Servidores públicos representavam 6,1% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 2,8% dos ocupados.

Das pessoas ocupadas, 3,2% não tinham rendimentos e 42,8% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor médio mensal das pessoas

ocupadas era de R$ 1.059,79. Entre os homens, o rendimento era de R$ 1.300,09 e entre as mulheres de R$ 785,10, apontando uma diferença de 65,60% maior para os homens.

Segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por quatro anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas perdidas nesse período foi de 36. No último ano, as admissões registram 4.956 contratações, contra 5.137 demissões.

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 8.901 postos, 14,6% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 50,5% no mesmo Período.

4.3. ASPECTOS SOCIAIS

4.3.1. POBREZA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 48.246 residentes dos quais 1.446 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R$ 70,00. Isso significa que 3,0% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 70 (4,8%) viviam no meio rural e 1.376 (95,2%) no meio urbano.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 7.162 famílias registradas no Cadastro Único e 2.668 famílias beneficiadas do Programa Bolsa Família (37,25% do total de cadastrados).

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 35 famílias em situação de extrema pobreza.

4.3.2. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do seu município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988.

Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

4.3.3. EDUCAÇÃO

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 9,3%. Na área urbana, a taxa era de 9,0% e na zona rural era de 13,6%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,9%.

4.3.4. SAÚDE

Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação da área do município. No tocante à mortalidade infantil, o número de óbitos infantis foi de 9 crianças, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 1.212 crianças e a taxa de mortalidade infantil foi de 13,62 crianças a cada mil nascimentos. Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalaras principais causas externas de óbito relatadas pelo município. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o total da população de 15 a 29 anos era de 12.662 indivíduos, sendo que 29 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

Por fim, é importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatados do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do município, a coleta de lixo atendia 90,1% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 90,5% dos domicílios particulares permanentes e 2,1% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.

4.4. ASPECTOS DA GESTÃO MUNICIPAL

4.4.1. FINANÇAS PÚBLICAS

A receita orçamentária do município passou de R$ 30,9 milhões em 2005 para R$ 54,0 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 74,6% no período ou 14,95% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 16,66% em 2005 para 12,88% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 23,28% para 23,34%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 28,49% da receita orçamentária em 2005 para 25,57% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 22,58 em 2011. As despesas com saúde, educação, urbanismo, administração e legislativa foram responsáveis por 82,99% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 2,30% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 4,99%.

5. DIRETRIZES

O Município de Inhumas na implementação da Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema único de Assistência Social – SUAS, ao longo dos anos estabeleceu como meta o rompimento com práticas assistencialistas e tuteladas da assistência social. Nesta gestão os serviços e benefícios têm sido pautados na defesa e garantia dos direitos de cidadania e pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais. “Este modelo de Assistência Social exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob responsabilidade do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para esses serviços, programas, projetos e benefícios”.

Neste contexto, a assistência social, a partir do princípio da intersetorialidade, propicia o acesso à pessoa em situação de vulnerabilidade pessoal e/ou social, às demais políticas setoriais, uma vez que busca garantir segurança para usuários: segurança de sobrevivência (de rendimento de autonomia); de acolhida e de convívio ou convivência familiar e comunitária. Estas seriam a condições fundamentais alcançável pelas demais políticas.

No campo da assistência social visando materializar ações, serviços e referências voltadas para a população em situação vulnerável destaca-se o alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários; matricialidade sociofamiliar; territorialização; articulação da rede socioassistencial; valorização da presença do controle social; participação popular/cidadão usuários e qualificação de recursos humanos.

6. OBJETIVO GERAL

Elaborar e indicar prioridades integrantes das Políticas Sociais Municipais, em especial o da Assistência Social, aos serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Especial para população em situação vulnerável, assegurando a implementação, desta política na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

6.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS (EIXO)

6.1.2 - Proteção Social Básica

- Assegurar ações preventivas de convivência, socialização, inserção e acolhida às pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social;
- Promover a proteção e a inclusão no âmbito da Assistência Social com centralidade nas famílias vulnerabilizadas, fortalecendo os vínculos comunitários e familiares, através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Oferecer oficinas de inclusão produtiva e cursos profissionalizante buscando a geração de renda, para famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, beneficiários dos programas de transferências de renda e Benefício de Prestação Continuada;
- Orientar e acompanhar as famílias dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, buscando o fortalecimento e autonomia destas.
- Desenvolver serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada.
- Definir com clareza as metas e prioridades da Secretaria;

- Organizar programas e ações no CRAS e unidades e outras ações da Secretaria;
- Estabelecer a necessária relação entre os Programas de Habitação, da Pessoa Idosa, da Pessoa com Deficiência, Criança e Adolescente, CRAS/ CREAS e a orientação estratégica do Governo Municipal;
- Nortear a alocação de recursos nos orçamentos anuais, compatível com as metas e recursos do Plano;
- Integrar ações desenvolvidas pela União, Estado e Municipal;
- Estimular parcerias com entidades privadas, na busca de fontes alternativas para o financiamento dos programas;
- Dar transparência à aplicação de recursos e aos resultados obtidos.

6.1.3 - Proteção Social Especial

- Organizar programas e ações no CREAS;
- Facilitar o gerenciamento das ações do CREAS, atribuindo responsabilidade pelo monitoramento destas ações e pelos resultados obtidos;

7. AÇÕES

7.1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SERVIÇO, PROGRAMAS. PROJETO E BENEFÍCIOS, tais como:

7.1.2 - Programa de Atenção às Famílias – PAIF

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF incorpora o trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida com o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de

vínculos familiares e comunitários por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

O trabalho social dos CRAS deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico.

O serviço é baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças, e identidades das famílias. Fundamenta-se o fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares.

Realizações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. Tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento cabendo exclusivamente a esfera estatal sua implementação.

Alvo da Assistência

- Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residente no território de abrangências do CRAS, em especial:
- Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;

- Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mais que ainda não foram contempladas;
- Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por alguns de seus membros;
- Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social;

Condições e Formas de Acesso

Famílias territorialmente referenciadas ao CRAS, em especial:

1. Famílias em processo de reconstrução de autonomia;
2. Famílias em processo de reconstrução de vínculos;
3. Famílias com crianças, adolescentes, jovens e idosos inseridos em serviços socioassistenciais, territorialmente referenciadas ao CRAS;
4. Famílias com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada;
5. Famílias inseridas em programas de transferência de renda;

Formas

- Por procura espontânea;

- Por busca ativa;

- Por encaminhamento da rede socioassistencial;

- Por encaminhamento das demais políticas públicas.

Unidade: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Objetivos do CRAS

- Prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio de desenvolvimento de potenciabilidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.
- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- Promover acesso a benefícios, programas de transferência de renda a serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
- Apoiar famílias que possuem dentre seus membros indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências famílias.

Articulação em Rede

- Serviços socioassistencias de proteção social básica e proteção social especial;
- Serviços públicos locais de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, segurança pública e outros conforme necessidade;
- Conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos de segmentos específicos;
- Instituições de ensino e pesquisa;
- Serviços de enfrentamento à pobreza;

- Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva;
- Redes sociais locais: associações de moradores, ONG's, entre outros.

Impacto Social Esperado

Contribuir para:

- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS;
- Prevenção da ocorrência de risco sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS;
- Aumento de acesso a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias residentes no território de abrangência do CRAS.

Serviços:

a) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Na Proteção Social Básica além da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), oferta-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social.

Objetivos:

- Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade;
- Valorizar a cultura de famílias e comunidades locais pelo resgate de suas culturas e a promoção de vivências lúdicas;
- Desenvolver o sentimento de pertença e de identidade;

- Promover a socialização e convivência

Por meio:

- Da criação de espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção de seus membros;
- Do estímulo e orientação dos usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território;
- Da organização por percursos, conforme as especificidades dos ciclos de vida;
- Das trocas culturais e de vivências;
- Do incentivo a participação comunitária, a apropriação dos espaços públicos e o protagonismo no território.

Usuários:

O SCFV está organizado nas seguintes faixas etárias: Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos e Pessoas Idosas.

b) Serviços de atendimento psicossocial

Descrição:

O foco do trabalho do CRAS é a prevenção e promoção a vida, assim o atendimento psicossocial tem a atuação voltada para a valorização dos aspectos saudáveis presentes nos sujeitos, nas famílias e na comunidade, dentro da visão de trabalho em rede, articulado, permanentemente, e não ocasional.

O atendimento psicossocial consiste em intervenções do psicólogo com a finalidade da promoção e autonomia, desenvolvimento e independência, assim sendo, não necessitam continuar nesse processo de exclusão e tutela.

O psicólogo propõe a partir de suas intervenções em grupos, atravessar o cotidiano das desigualdades e violências da população referenciada pelo CRAS, visando o enfrentamento e superação das vulnerabilidades, investindo na apropriação do usuário como protagonista na conquista e afirmação de direitos.

Objetivos:

- Resgatar a autonomia dos sujeitos acompanhados pelo CRAS, para que estes rompam com o processo de marginalização, assistencialismo e tutela.
- Vivenciar experiências que contribuam para o estabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- Assegurar o acesso a serviços de qualidade, conforme demandas e necessidades;
- Vivenciar experiências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentados em princípios éticos-políticos de defesa da cidadania e justiça social;
- Vivenciar experiências potencializadoras da participação cidadã, tais como: espaços de livre expressão de opiniões, de reivindicação e avaliação das ações ofertadas bem como de espaços de estímulos para participação em fóruns, conselhos, movimentos sociais, organizações comunitárias e outros espaços de organização social;
- Reduzir o descumprimento de condicionalidades do PBF-Programa Bolsa Família.
- Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários.

Usuário: Famílias territorialmente referenciada ao CRAS, em especial: famílias em processo de reconstrução da autonomia, de reconstrução de vínculos; famílias com crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosa e pessoas com deficiência inseridos em serviços socioassistenciais; famílias com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada de programas de transferência de renda.

c) Serviço de socialização na comunidade à pessoa com deficiência

Descrição:

O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais de defesa de direitos, programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento com foco na qualidade de vida, no exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço.

Objetivos:

- Prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais;
- Prevenir o confinamento de pessoas com deficiência;
- Identificar situações de dependência;
- Colaborar com redes inclusivas no território;

- Sensibilizar grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão de pessoas com deficiência buscando a desconstrução de mitos e preconceitos;
- Desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos das pessoas com deficiência, das pessoas idosas, de suas famílias e da comunidade no processo de habilitação, reabilitação e inclusão social;
- Oferecer possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estimulo a participação cidadã;
- Incluir usuários e familiares no sistema de proteção social e serviços públicos, conforme necessidades, inclusive pela indicação de acesso a benefícios e programas de transferência de renda;
- Contribuir para resgatar e preservar a integridade e a melhoria de qualidade de vida dos usuários;
- Contribuir para a construção de contextos inclusivos.

Usuários:

Pessoas com deficiência que vivenciam situação de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e sociais e/ou pela ausência de acesso a possibilidades de inserção, habilitação social e comunitária, em especial: beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; membros de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de contemplar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

d) Serviço de socialização de pessoas idosas

Descrição:

Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulam e potencializem a condição de escolher e decidir.

Objetivos:

- Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo;
- Assegurar espaço de encontro para os (as) idosos (as) e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária;
- Detectar necessidades e motivação e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida;
- Propiciar vivência que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários.

e) Serviço Psicossocial com as Gestantes

Descrição:

O Projeto Vida focaliza o trabalho psicossocial com as gestantes, visando a promoção da saúde integral da gestante e do bebê demanda atualmente encontrada na Rede Municipal de Atendimento encaminhadas pelas Secretaria de Saúde/CREAS/Conselho Tutelar.

Objetivo:

- Preparar emocional e social as gestantes para a chegada do bebê, mediante o trabalho de uma equipe multidisciplinar.

Usuário:

- Gestantes, acompanhadas pela rede pública de saúde no município de Inhumas.

7.1.3 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Segundo a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS no Art. 22. ”Entendem-se por benefícios eventuais aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.” Diz ainda no Art. 22 § 2º: “Poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública”.

Para o Ministério de Desenvolvimento Social - MDS o serviço de concessão dos benefícios eventuais visa o atendimento das necessidades

humanas básicas e deve ser integrado aos demais serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social no município, integrando assim as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Os municípios brasileiros são responsáveis pela prestação dos benefícios eventuais, o que significa regulamentar, destinar recursos e realizar o pagamento, assim como disponibilizar uma estrutura de atendimento aos beneficiários, preferencialmente integrada aos demais serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social prestados no local de moradia dos beneficiários.

Nome da Ação: PROGRAMA ALIMENTO FARTO (CESTA BÁSICA)

Descrição

O atendimento a situações de vulnerabilidade temporária envolve acontecimentos do cotidiano dos cidadãos e pode se apresentar de diferentes formas e produzir diversos padecimentos. Inhumas, conforme a PNAS/2004 é considerado um município de pequeno porte II, teve seu crescimento de forma desordenada devido ao processo migratório que vem atraindo pessoas de outros estados sem qualificação profissional. Nesse sentido a população enfrenta um intenso processo de precarização das condições de vida. A crescente taxa de desemprego, informalidade, violência, fragilidade dos vínculos sociais e familiares geram a exclusão social, levando a população a uma situação vulnerabilidade social.

Portanto fazem-se necessários atendimentos emergenciais, em consonância com a LOAS e Lei Municipal n°. 33 de 31 de outubro de 2017.

Objetivo

- Atender pessoas em situação de vulnerabilidade cadastradas no Programa Alimento Farto e em caráter emergencial com doações de cestas básicas, conforme solicitações dos usuários mediante avaliação do serviço social do CRAS.

Usuário

- Pessoas em situação de vulnerabilidade social ou em caráter emergencial.

7.1.4 - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Descrição

O Benefício de Prestação Continuada – BPC está previsto no art. 2°, inciso IV, a Loas (Lei n. 8742, de 07 de dezembro de 1993) e regulamentado pelo Decreto n. 1.744, de 08 de dezembro de 1995 e pela Lei n. 9.720, de 20 de novembro de 1998, e está em vigor desde de 1° de janeiro de 1996. Portanto, o BPC é um benefício da assistência social e é um direito constitucionalmente assegurado e regulamentado pela LOAS. É um benefício de 01(um) salário mínimo mensal pago às pessoas idosas, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, conforme o estabelecido no art. 34 da Lei n. 10.741, d 1° de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, e às pessoas portadoras de deficiência incapacitadas para a vida independente e para o trabalho.

O perfil dos beneficiários demonstra a importância do programa para as pessoas que recebem o BPC. A grande maioria é de mulheres, responsáveis por famílias que vivem com menos de ¼ (um quarto) do salário mínimo, são constituídas por beneficiários sem escolaridade e excluídos do acesso ao trabalho, sendo o BPC a única renda destas famílias.

O BPC é um programa de transferência de renda que causa grande impacto na redução da pobreza, pois quando as pessoas idosas e deficientes são contempladas com este benefício, este é destinado a suprir as necessidades básicas de toda sua família, às vezes prejudicando o conforto do próprio beneficiário.

Objetivo

- Promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas beneficiárias do BPC e seus familiares garantindo-lhes o acesso aos programas e projetos socioassistenciais, por meio de ações articuladas das áreas de saúde, educação, assistência social e direitos humanos.

Usuário

- Idosos acima de 65 (sessenta e cinco) e pessoas com deficiência que comprove não têm meios de suprir sua sobrevivência ou de tê-la suprida por sua família.

Plano de Atendimento aos beneficiários do BPC

- Acompanhamento dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC a fim de reavaliar as condições que geram o direito ao benefício.
- Assegurar aos beneficiários do BPC e seus familiares o acesso aos serviços, projetos e programas socioassistenciais do município, acompanhamento domiciliar e reuniões socioeducativas;
- Cursos profissionalizantes para os familiares dos beneficiados, e a inserção nos espaços de trabalho e na obtenção de renda;

- Orientar e encaminhar os novos beneficiários.

7.1.5 - Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Dessa forma, o Cadastro Único possibilita conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família.

O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, possibilita ao poder público formular e implementar políticas específicas, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas e desenvolver suas potencialidades. Atualmente o Cadastro Único conta com mais de 19 milhões de famílias inscritas.

O Cadastro Único, regulamentado pelo Decreto nº 6.135/07 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), deve ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família e outros programas. Suas informações podem também ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades.

Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser inscritas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo.

O atendimento para cadastramento e atualização de cadastro das famílias é realizado na Secretaria de Promoção Social, de acordo com critérios do Programa Federal. Atualmente no município de Inhumas no mês de março de 2018 tem um total de 7.718 (Sete Mil Setecentos e Dezoito) famílias inscritas no Cadastro Único.

O Programa Bolsa Família beneficiou, no mês de abril de 2018 2.301 (Dois Mil Trezentos e Um), representando uma cobertura de 100% (cem por cento) da estimativa de famílias pobres no município.

7.1.6 – PROGRAMA DE INCLUSÃO, PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA E TRANFERÊNCIA DE RENDA

a) Programa Bolsa Família
b) Transferência de Renda – Renda Cidadã
c) BPC – Beneficio de Prestação Continuada
d) Serviço de geração de trabalho e renda

Descrição

O Município de Inhumas assegura as garantias afirmadas na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, na condição de Seguridade Social, a redução das condições de vulnerabilidade pelo ciclo de vida (crianças, adolescentes e idosos) às condições de desvantagem pessoal (pessoa com deficiência física e mental ou doença) e as vulnerabilidades circunstanciais (fome, mendicância, trabalho infantil, crianças e adolescentes vítimas de violência. Mulheres vítimas de violência, pobres, provedoras de famílias, entre outras situações menos comuns).

As medidas de enfrentamento da pobreza, em relação à assistência social são diversos, devido a sua complexidade, pelo fato de abrangência em determinados setores, os quais são necessário a medida

de proteção social, para superação das desigualdades que estão presente no sistema capitalista de produção.

"A noção da pobreza se iniciou nos países desenvolvidos após a reconstrução do pós-guerra, e a partir daí aumentaram-se as discussões sobre os países que apresentam diferentes níveis de desenvolvimentos, sociais e produtivos". ROCHA (2006).

Desta forma, a pobreza se associa ao subconsumo, desnutrição, condições precárias de vida e baixa escolaridade como resultado de exclusão social, cultural e política. A exclusão é a rejeição social, perda de identidade, ruptura dos laços comunitários e sociais. A exclusão social é facilmente identificada pelo alto índice de violência, miséria, desemprego que apresentam; são caracterizadas pela privação de um ou vários fatores considerados essenciais para a qualidade de vida, ou seja, a exclusão no mercado de trabalho impede o acesso a bens e serviços socialmente relevantes, como educação, habitação, saúde e lazer, deixando o excluído sem uma identidade social no trabalho, na família ou na comunidade.

A pobreza não pode ser definida de forma única e universal; contudo, pode-se afirmar que se refere à situação de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em um determinado contexto histórico; isto significa que muitas famílias vivem com uma renda per capita mínima, não conseguindo assim satisfazer suas necessidades básicas.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) reconhece como campo de sua atuação a prevenção, a proteção e a situação de risco, também indica que para enfrentar as situações advindas das mais variadas complexidade de haver um Sistema Descentralizado e Participativo que possa assegurar à atenção ao público alvo, por meio

dos projetos de enfrentamento à pobreza, dos benefícios, serviços e programas da assistência social.

Objetivo

- Contribuir para redução das condições de vulnerabilidade social decorrentes do desemprego e falta de renda, por meios de ações socioassistenciais que favoreçam a geração de renda com base para a conquista da autonomia pessoal e familiar, constituindo ações fundamentais para enfrentamento da pobreza na medida em que promovem a inserção produtivas de pessoas e famílias.

Usuário

- Famílias em situação vulnerável usuárias dos serviços do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Nome da Ação: CURSO DE PANIFICAÇÃO, SOLDADOR, MECANICO A DISEL, FOTOGRAFIA, INFORMATICA E EMPREENDEDORISMO

Descrição

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS inova ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social como espaço para defesa dos interesses e necessidades sociais dos seguimentos mais empobrecidos da sociedade, configurando-se também, como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira. Assim, cabe à Assistência Social ações, prevenção e provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que cubram, reduzam ou previnam exclusões riscos e vulnerabilidades sociais, (Sposari, 1995 apud. MDS, 2008) bem como atendam

às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários (Yazbek, 2004 apud. MDS, 2008).

O Município de Inhumas juntamente com o SENAI desenvolvera os cursos supra citados no município de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, conforme os artigos 25 e 26 da LOAS no que se refere ao enfrentamento da pobreza incluindo os usuários dos serviços contidos na proteção social básica e especial.

Objetivo

- Capacitar profissionalmente para geração de trabalho e renda, visando a redução das questões sociais como, agravamento das situações de pobreza e vulnerabilidade social.

Usuário

Pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social na faixa etária a partir de 18 (dezoito) anos.

7.2. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A Proteção Social (PSE) destina-se á famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido á aplicação de medidas.

7.2.1 – Proteção Social de Média Complexidade

O município de Inhumas possui uma unidade do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). É uma unidade estatal responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou psíquico, abuso sexual, usa de substancias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Para isso, envolve um conjunto de profissionais e processos de trabalho que devem ofertar apoio e acompanhamento especializado. O principal objetivo é o resgate da família, potencializando sua capacidade de proteção aos seus membros. Estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o poder judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do executivo.

Os Serviços ofertados e/ ou referenciados pelo CREAS, na Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos - PAEFI.

- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medidas Sócio - Educativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço a Comunidade.

- Serviço Especializado em Abordagem Social.

- Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias.

O CREAS tem em sua equipe multiprofissional psicólogo, pedagogo, advogado, assistente social e educador social e outros profissionais afins.

As Crianças, adolescentes, idosos, mulheres e qualquer pessoa que tenha sofrido violação de seus direitos. Elas podem chegar espontaneamente, por denúncias ou encaminhadas pela justiça ou pela rede sócio assistencial local, Conselho Tutelar e outros órgãos afins.

O serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas. Neste serviço, adolescentes e jovens em conflito com a lei, cumprindo medida socioeducativas, serão acompanhados pela equipe técnica do CREAS, a fim de construir e reconstruir seus projetos de vida, rompendo com a prática do ato infracional.

O outro serviço é a Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI). O PAEFI é um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atendimento e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

A equipe do CREAS acompanha as famílias, buscando auxiliá-las no rompimento do ciclo de violação dos direitos em seu interior, prevenindo reincidências, fortalecendo seu papel de proteção e restabelecendo a autonomia de seus membros.

Atuação em rede, por meio da articulação com a Proteção Básica e a Proteção Social Especial de Media Complexidade, articulação intersetorial com a rede de serviços das demais políticas publicas e dos órgãos de defesa de direitos.

Todas as intervenções realizadas pela equipe com os usuários do CREAS são personalizadas, respeitando crenças, cultura e realidade de cada pessoa ou família, no sentido de auxiliar esta pessoa ou família da melhor forma.

As principais ações do CREAS

Acolhida, escuta, estudo social, diagnostico socioeconômico, monitoramento e avaliação do serviço, orientação e encaminhamento para a rede sócioassistencial local.

Construção de plano individual e/ou familiar de atendimento, orientação sócio-familiar, atendimento psicossocial, orientação jurídico-social.

Informação, comunicação e defesa de direito, apoio á família na sua função protetiva, acesso a documentação pessoal, mobilização, identificação da família extensa ou ampliada.

Realização de visitas domiciliares;

Articulação da rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas publica setoriais;

Elaboração de relatórios e/ ou prontuários estimulo ao convivo familiar, grupal, e social; Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; produção de orientações técnicas e materiais informativos; Organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre organizações governamentais e não governamentais e sobre o sistema de cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços a Comunidade por adolescentes, dentre outras. Oficinas sócio-educativas com crianças e/ ou adolescentes no conhecimento das habilidades e vivencia em conjunto buscando a superação da

violência vivida, na arte na dança, na musica, na expressão corporal e socialização dos mesmos.

O trabalho do CREAS não funciona sem o envolvimento efetivo da sociedade e de seus segmentos. O CREAS necessitara encaminhar seus usuários e familiares para demais equipamentos sociais que ofertam serviços específicos. Dessa forma, para que haja uma intervenção efetiva, deverá manter estreita relação com entidades de atendimento de âmbito governamental e não-governamental e contar com a colaboração do publico atendido. As ações na área do atendimento/acompanhamento dos indivíduos e famílias têm como objetivo romper com o ciclo de violência vivida alcançando a promoção social e fortalecimento dos vínculos afetivos entre os membros familiares constituídos.

As Famílias e Indivíduos em situação de risco social e pessoal; por violação de direitos, em conformidade com as demandas identificadas no território, tais como: violência física, psicológica e negligencia; violência sexual; abuso sexual e/ ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido á aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; vivencia de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidade do Programa Bolsa Família, cumprimento de Medidas Sócio-Educativa em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço á Comunidade por adolescentes, dentre outras.

Como acessar os serviços:

Procura espontânea, diretamente no CREAS.

Abordagem social realizada pelas equipes de educadores sociais e técnicos as pessoas em situação de rua.

Encaminhamentos feitos pelos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Sistema Judiciário, Conselhos Tutelares, Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco, Unidades de saúde em geral, Educação, ONGs e ONGS, Disque-100 (Central de Denuncias) e outras áreas afins deste município.

AÇÕES DE PREVENÇÃO E BUSCA ATIVA

Assegurar ações que evitem ou diminuem os riscos de violência praticada com crianças e adolescentes, possibilitando-lhes orientação para o fortalecimento da autodefesa.

Criação das Redes Familiares, vizinhanças e comunitárias. A equipe desenvolvera palestras, oficinas sócio educativas, entre outras buscando a conscientização dos atores sociais a respeito da cultura da “não violência”, potencializando multiplicadores de conhecimento.

Articulação com os profissionais dos meios de comunicação para que comprometam com a causa da criança e adolescente como: incluir o tema da violência em programas de rádio, jornais, possibilitando o acesso a informações a um número maior de pessoas.

Mapeamento das situações de exploração sexual comercial, realizando ações educativas com orientações e outros procedimentos que se julguem necessário.

Realização de seminários, principalmente nas escolas, com discurso diferenciado dependendo do público a ser atingido.

Produzir peças publicitárias adaptadas á realidade de cada região e públicos como panfletos, cartilhas, cartazes, material informativo em geral.

Efetivação de campanhas de conscientização sobre o tema da Violência Sexual Infanto-juvenil.

Desenvolver programas de formação continuada para a rede de atendimento.

7.2.2 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem a proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos. Quais sejam: Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: Abrigo institucional (**ILPIs idosos)**.

O município possui 05 (cinco) instituições sendo: Lar Bem Viver, Lar de Santana, Meu Lar, Doce Lar e Assiama.

No que tange as Instituições de Longa Permanência (ILPIs) o CREAS faz o acompanhamento, juntamente com o Conselho do Idoso e Ministério Público.

8. APRIMORAMENTO DA GESTÃO E META MUNICIPAL DO SUAS

Conforme estabelece o artigo 23 da NOB-SUAS/2012, o Pacto de Aprimoramento do SUAS é o instrumento pelo qual se materializam as metas e prioridades nacionais no âmbito do SUAS, e se constitui em mecanismo de indução de aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Nessa perspectiva das prioridades e metas para o município, conforme estabeleceu a NOB SUAS, com vigência para o quadriênio de 2018/2021.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
PRIORIDADE	**META**
a) Acompanhamento familiar pelo PAIF	Atingir taxa de acompanhamento do PAIF das famílias cadastradas no CadÚnico de 10 % .
b) Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC	Atingir taxa de acompanhamento do PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC: 25 % .
c) Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico	Atingir os seguintes percentuais de Cadastramento no CadÚnico das famílias com presença de beneficiários do BPC: 70%;
d) Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem outras vulnerabilidades sociais, para além da insuficiência de renda	Atingir taxa de acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de 10%.
e) Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades, cujos motivos sejam da assistência social.	Atingir 50% de taxa de acompanhamento das famílias em fase de suspensão do Programa Bolsa Família em decorrência do descumprimento de condicionalidades, cujos motivos sejam da assistência social com respectivo sistema de informação.
f) Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Atingir o percentual de 50% de inclusão do público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
g) Ampliação da cobertura da Proteção Social Básica no município	Referenciar 80% da população constante no CadÚnico com ½ SM ou 20% dos domicílios do município aos CRAS.
h) Programa BPC na Escola	Alcançar 50% de acompanhamento familiar e inclusão na escola

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
PRIORIDADE	**META**
a) Ampliação da cobertura do PAEFI no município	Atingir 50% de taxa de acompanhamento das famílias no PAEFI
b) Identificação e cadastramento de crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil	Atingir no mínimo 50% de ações no município das Ações Estratégicas do

	PETI, visando a erradicação do trabalho infantil.
c) Cadastramento e atendimento da População em Situação de Rua	Identificar e cadastrar no CadÚnico 70% das pessoas em situação de rua em acompanhamento pelo Serviço Especializado de abordagem ofertado no CREAS. Atingir no mínimo 10% de consórcio com outros municípios para acolhimento das pessoas em situação de rua.
d) Acompanhamento pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas	Atingir 50% do acompanhamento de famílias com presença de violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas.

GESTÃO	
PRIORIDADE	**META**
a) Desprecarização dos vínculos trabalhistas das equipes que atuam nos serviços socioassistenciais e na gestão do SUAS	Atingir percentual mínimo 60% de trabalhadores do SUAS de nível superior e médio com vínculo de servidor estatutário ou empregado público.
b) Estruturação das SMAS com formalização de áreas essenciais	60% do município com instituição formal, na estrutura do órgão gestor de assistência social, as áreas constituídas como subdivisões administrativas, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e a área de Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão de Benefícios Assistenciais e Gestão do Trabalho.

CONTROLE SOCIAL	
PRIORIDADE	**META**
a) Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores nos Conselhos Municipais de Assistência Social	Atingir 100% do Conselho Municipal de Assistência Social com representação da sociedade civil composta representantes de usuários e dos trabalhadores do SUAS.

b) Instituir o CMAS com instância de Controle Social do Programa Bolsa Família	Atingir 100% do Conselho Municipal de Assistência Social como instância de controle social do PBF.

9. APOIO ÀS INSTANCIAS DO SISTEMA DESCENTRALIZADO E PARTICIPATIVO

Gestão

A Norma Operacional Básica /2005 reafirma em seu Art.6º da LOAS, que define “as ações de assistência social são organizadas num sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social, articulando meios, esforços e recursos, e por conjunto de instâncias deliberativas, compostas pelos diversos setores envolvidos na área”. O Art. 8º estabelece que a União, Estado o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei, fixarão suas respectivas políticas de assistência social” (NOB/2005:43).

É neste sentido que a Secretaria Municipal de Promoção Social de Inhumas busca desenvolver seu trabalho. Para fortalecimento do atendimento em rede contamos com CREAS (PAEFI), CRAS (PAIF e SCFV), sendo estas instituições estruturadas conforme preconiza formação física e equipe técnica.

Deliberação e Controle Social

Os espaços de controle social exerceram suas atribuições de forma qualitativa através de reuniões democráticas, participativas e avaliativas, contando com a participação da maioria dos membros dos Conselhos em todas as reuniões. De forma gradativa percebe-se um grande avanço no controle social no município podendo ser verificado com magnitude a reestruturação dos

Conselhos (CMAS, CMDCA, CMI e COMPED), a realização da conferência realizada no município no ano de 2017.

No que tange as atribuições do CMAS temos percebido que o mesmo articula de forma satisfatória seus membros (governamental e não-governamental) para apreciação de matérias, planos, relatórios, prestações de contas apresentadas pelos Gestores.

O relacionamento existente entre CMAS entre a Secretaria e as organizações é satisfatório, democrático e participativo.

É importante ressaltar que a Prefeitura Municipal por meio da Secretaria de Promoção Social está viabilizando para esse ano de 2018 a Casa dos Conselhos, que aumentara a amplitude dos trabalhos dos Conselheiros, garantindo espaço físico, mobiliário e recurso humano para um melhor funcionamento.

10. AÇÕES PRIORITÁRIAS E SUA OPERACIONALIZAÇÃO

Programas	Ações	Metas/Prazo	Período			
			2018	2019	2020	2021
	Adequação e reforma da Unidade do CCI obedecendo às legislações pertinentes.	Médio Prazo		X	X	

CRAS/PAIF	Realizar a redefinição dos territórios a partir do diagnóstico socioassistencial e territorial.	Curto prazo		**X**	**X**	
	Equipar adequadamente e garantir a manutenção dos equipamentos de todo espaços e realidade territorial dos CRAS.	Imediato	**X**	**X**	**X**	**X**
	Garantir equipe técnica conforme NOB-RH no CRAS	Periodicamente	**X**	**X**	**X**	**X**
	A acompanhar por meio de vista domiciliar, entrevista ou meios socioeducativos aos beneficiários do BPC	Periodicamente	**X**	**X**	**X**	**X**
	Intensificar as ações de acordo com orientações da Tipificação	Periodicamente	**X**	**X**	**X**	**X**

	Nacional de Serviços Socioassistenciais					
	Capacitação da Equipe Técnica	Periodicamente	**X**	**X**	**X**	**X**
	Acompanhar por meio de visita domiciliar, entrevista ou atividade socioeducativa às famílias em situação de descumprimento de condicionalidade do PBF	Periodicamente	**X**	**X**	**X**	**X**
	Ofertar cursos de interesse dos referenciados no CRAS	Imediato	**X**	**X**	**X**	**X**
	Implementar ações de convivência familiar e oficinas.	Curto Prazo	**X**	**X**	**X**	**X**
	Busca ativa	Imediato	**X**	**X**	**X**	**X**

	Capacita profissionais e trabalhadores com atuação no programa	Imediato	**X**	**X**	**X**	**X**
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Oferta cursos interesse do Público do Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	Curto Prazo		**X**	**X**	**X**
	Adequação da piscina da Secretaria Municipal de Promoção social.	Curto Prazo	**X**	**X**	**X**	
	Passeios e viagens com o público do SCFV.	Curto Prazo	**X**	**X**	**X**	**X**

Controle Social	Construção de espaço físico para uso do Conselho Municipal de Assistência Social e demais conselhos.	Imediato	**X**	**X**		
	Garantir a capacitação dos Conselheiros.	Periodicamente	**X**	**X**	**X**	**X**
	Fortalecer a secretaria executiva dos conselhos com a infraestrutura necessária (física, material e de RH) para a manutenção das suas atividades.	Anual	**X**	**X**	**X**	**X**

CREAS/PAEFI	Garantir equipe técnica conforme NOB – RH no CREAS.	Periodicamente	**X**	**X**	**X**	**X**
	Busca ativa	Imediato	X	X	X	X
	Atendimento psicossocial de orientação aos familiares dos dependentes químicos.	Periódico	X	X	X	X
	Equipar adequadamente e garantir a manutenção dos equipamentos de todo espaços e realidade territorial dos CREAS.	Imediato	**X**	**X**	**X**	**X**

	Capacitação da Equipe Técnica	Periodicamente	**X**	**X**	**X**	**X**
	Acompanhar por meio de visita domiciliar, entrevista ou atividade socioeducativa às famílias do PAEFI e Medidas socioeducatvas	Periodicamente	**X**	**X**	**X**	**X**
	Abordagem Social com as pessoas em situação de rua	Periodicamente	**x**	**x**	**x**	**x**
	Ações estratégicas de erradicação do trabalho infantil	Periodicamente	**x**	**x**	**x**	**x**

11. QUADRO GERAL DE FINANCIAMENTO

O quadro geral de financiamento requerido segue em anexo.

12. ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

O orçamento geral do município requerido segue em anexo.

13. SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A avaliação e monitoramento apresentará uma linha de ação dialética, voltada para a ação, reflexão e ação. Oportunizando desta forma, o desenrolar das ações sociais de forma planejada, descentralizada, participativa e com perspectivas empreendedoras.

Enfatizando que, no decorrer da execução deste Plano, momentos avaliativos serão proporcionados, em prol de avaliarmos os métodos de definição dos indicadores da qualidade das ações ora desencadeadas.

Todavia, desta forma, estamos proporcionando um acompanhamento genuíno e sintético, visando garantir e assegurar a qualidade dos resultados oriundos de ações planejadas, assim como dispõe a Política Nacional da Assistência Social e Norma Operacional Básica/2005. Uma vez que, vale lembrar que tal Política Pública Nacional da Assistência Social, realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento à garantia dos mínimos sociais, provimento de condições cabíveis para atender as contingências sociais e, sobretudo à universalização dos direitos sociais, rumo ao crescimento e desenvolvimento do ser humano no meio social.

No entanto, percebemos que a Política da Assistência Social, estabelece princípios e diretrizes, que visam prover serviços, programas, projetos e benefícios a indivíduos, grupos ou famílias em situação de vulnerabilidade social.

Para tal, a avaliação e monitoramento do presente Plano, procurará ser instrumento estratégico, em prol de garantir o controle social e a qualificação da execução das ações ora propostas.

Outro prisma de grande relevância, será a constante busca de parcerias com o Conselho Municipal de Assistência Social, Poder Executivo, Comunidade em geral e outros seguimentos necessários, para assim, ambos

imbuídos no compromisso de propostas e estratégias eficazes rumo ao desenvolvimento contínuo e salutar das significantes ações e execuções sociais.

No entanto, o presente documento que, ora se apresenta, está fundamentado também na Lei Orgânica da Assistência Social n° 8.742 de 07 de dezembro de 1993, no seu Art. 30°, o qual expressa a necessidade do planejamento e execução a curto, médio e longo prazo, para exercício do Plano Municipal de Assistência Social no período de 2018 a 2021.

Portanto, a avaliação e monitoramento, será uma técnica, que visará à eficácia do processo organizativo a ser implantado cotidianamente, rumo ao desenvolvimento e exercício da cidadania no contexto societário.

Quadro 1 – Rede de Proteção Social Pública Municipal da área da Assistência Social

Nome da Entidade	*Público Alvo (Utilize os Códigos Abaixo) 1**	*Tipos de Proteção*		Previsão de Atendimento Físico		
		Básica	**Especial**			
Programa Primeira Infância				**Quantitativo Pactuado com a União**	**Quantitativo Pactuado com o Estado**	**Quantitativo Pactuado com o Município**
Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos (SCFV)	B-C	X	-	450	-	450
					-	800

(1*) Código para público alvo

A – Crianças de 0 a 6 anos

B – Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos

C – Adolescentes de 15 e 17 anos

D – Jovens de 18 a 24 anos

E – Adultos de 25 a 59 anos

F – Idosos (60 anos ou mais)

G – Pessoas com deficiência

H – População de Rua

I – Migrante

J – Família

K – Outros

Quadro 2 – Rede de Proteção Social Privada da área da Assistência Social

Nome da Entidade	*Situação (utilize os códigos abaixo) 1**	*Registrada no CMAS*		*Convenio com o Município*		*Público Alvo (utilize os códigos abaixo) 2**	*Tipo de Proteção*		Previsão de Atendimento Físico		
		Sim	Não	Sim	Não		Básica	Especial	Quantitativo Pactual com a União	Quantitativo Pactual com o Estado	Quantitativo Pactual com o Município
FAMI – Fundação de Assistência ao Menor Inhumense	1	X	-		X	C	X	-	-	-	200
Associação Monte das Oliveiras	1	X			X	D	X	-	Não	Não	25
MOVEREIS	1	X			-	B	X	-	Não	Não	35
Associação Lar Bem Viver	1	X			-	F - G	X	-	-	Não	38
Associação Espírita Casa do Caminho	1	X			X	F	X		Não	Não	120
					X						

LBV – Legião da Boa Vontade	1	X				B - C	X		Não	Não	150
Associação Lar de Santana	1	X			X	F - G	X		Não	Não	78
Instituição Espírita Lar de Jesus	1	X			X	K	X		Não	Não	250
ASSIAMA	1	X			X	F	X		Não	Não	64
Pestalozzi	1	X			X	G	X		Não	Não	96
Associação Eterna Juventude	1	X			X	F	X			Não	100
Associação Meu Lar	1	X			X	F	X		Não	Não	90
Doce Lar	1		X		X	G	X		Não	Não	60
Associação Beneficente João Paulo II	1	X		X		D - E	X		Não	Não	90

(1*) Código para Situação de Entidade

1)Ativa, em funcionamento

2)Em reforma com atividades temporariamente paralisadas

3)Desativada/Fechada

(2*) Código para Público Alvo

A – Crianças de 0 a 6 anos

B – Crianças e Adolescentes de 7 a 14 anos

C – Adolescentes de 15 e 17 anos

D – Jovens de 18 a 24 anos

E – Adultos de 25 a 59 anos

F – Idosos (60 anos ou mais)

G – Pessoas com deficiência

H – População de rua

I – Migrante

J – Família

K – Outros

Quadro 3 – Programas/Projetos/Serviços/Benefícios desenvolvidos pelo Município

Nome	**Fonte de Recursos*				*Nº de Atendimentos Previstos*		*Tipos de proteção*		*Público Alvo (utilize os códigos) 1**
	F	**E**	**M**	**P**	**Pessoas**	**Famílias**	**Básica**	**Especial**	
PAIF	X	-	-	-	-	3500	X	-	J
Programa Bolsa Família	X	-	-	-	1800		X	-	J
BPC	X	-	-	-	100	-	X	-	F – G
Centro de Convivência do Idoso (CCI)	X	-	X	-	350	-	X	-	F
Programa Apoio e Gestante		X	X	-	60	-	X	-	C – D – E
Benefícios Eventuais	-				800	-	X	-	A – B – C – D – E – F – G – H – I – J
PAEFI	X		-	-	800			X	J – H
Cursos de Geração de Renda	X	-	-	-	300	-	X	-	C – D – E – F – K

(1*) Código para público alvo

A – Crianças de 0 a 6 anos

B – Crianças e Adolescentes de 7 a 14 anos

C – Adolescentes de 15 e 17 anos

D – Jovens de 18 a 24 anos

E – Adultos

F – Idosos (60 anos ou mais)

G – Pessoas com deficiência

H – População de rua

I – Migrante

J – Família

K – Outros

***Fonte de recursos**

- ✓ F. Federal
- ✓ E. Estadual
- ✓ M. Municipal
- ✓ P. Privado

Quadro 4 – Recursos Financeiros previstos para o financiamento das ações da Assistência Social

Ano: 2018

	Serviços	Federal	Estadual	Municipal	Total
Proteção Social Básica	CRAS	83.500,00	16.000,00	192.500,00	292.000,00
Proteção Social Básica	Programa Criança Feliz	96.408,00	--	---	96.408,00
Proteção Social Básica	SCFV/	106.103,00	11.300,00	308.597,00	426.000,00
Proteção Social Básica	Bolsa Família	79.000,00	3.000,00	168.000,00	250.000,00
Proteção Social Especial de Média Complexidade	CREAS	50.000,00	20.000,00	192.000,00	262.000,00
Total Geral		415.011,00	50.300,00	861.097,00	1.326.408,00

* Valores estimados

Quadro 4 – Recursos Financeiros previstos para o financiamento das ações da Assistência Social

Ano: 2019

	Serviços	Federal	Estadual	Municipal	Total
Proteção Social Básica	CRAS	85.170,00	16.320,00	196.350,00	297.840,00
Proteção Social Básica	Programa Criança Feliz	98336,16	--	---	98.336,16
Proteção Social Básica	SCFV/	108.225,06	11.526,00	314.768,94	434.520,00
Proteção Social Básica	Bolsa Família	80.580,00	3.060,00	171.360,00	255.000,00
Proteção Social Especial de Média Complexidade	CREAS	52.020,00	20.808,00	199.756,80	272.584,80
Total Geral		423.311,22	51.306,00	878.318,94	1.352.936,16

* Valores estimados

Quadro 4 – Recursos Financeiros previstos para o financiamento das ações da Assistência Social

Ano: 2020

	Serviços	Federal	Estadual	Municipal	Total
Proteção Social Básica	CRAS	86.873,40	16.646,40	200.277,00	303.796,80
Proteção Social Básica	Programa Criança Feliz	100.302,88	--	---	100.302,88
Proteção Social Básica	SCFV	110.389,56	11.756,52	321.064,32	443.210,40
Proteção Social Básica	Bolsa Família	82.191,60	3.121,20	174.787,20	260.100,00
Proteção Social Especial de Média Complexidade	CREAS	53.060,40	21.224,16	203.751,94	278.036,50
Total Geral		431.777,44	52.332,12	895.885,32	1.379.994,88

* Valores estimados

Quadro 4 – Recursos Financeiros previstos para o financiamento das ações da Assistência Social

Ano: 2021

	Serviços	Federal	Estadual	Municipal	Total
Proteção Social Básica	CRAS	88.610,87	16.979,33	204.282,54	309.872,74
Proteção Social Básica	Programa Criança Feliz	102.308,94	--	---	102.308,94
Proteção Social Básica	SCFV	112.597,35	11.991,65	327.485,61	452.074,61
Proteção Social Básica	Bolsa Família	83.835,43	3.183,62	178.282,94	265.302,00
Proteção Social Especial de Média Complexidade	CREAS	54.121,61	21.648,64	207.826,98	283.597,23
Total Geral		440.412,99	53.378,76	913.803,03	1.407.594,78

* Valores estimado